

ENTRE ESFORÇOS E PAIXÕES: TRAJETÓRIAS DOS SERTANEJOS QUE LUTARAM PELA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS NA ÉPOCA DO MOBREAL

Jailson Costa da **Silva** – UFAL

Marinaide Lima de Queiroz **Freitas** – UFAL

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O artigo, objetiva apresentar as trajetórias dos sertanejos alfabetizados no Programa de Alfabetização Funcional (PAF), implementado em 1970, pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que movidos pelo sonho e pela determinação deram continuidade aos estudos ao ingressarem no Programa de Educação Integrada (PEI), criado, também, pelo referido Movimento. Os depoimentos foram colhidos através de entrevistas semiestruturadas, por meio da abordagem qualitativa da história oral, permitindo-nos a compreensão do que foi apresentado acerca dos fatos vividos por três ex-alunos, com o auxílio das narrativas de uma ex-supervisora de área e uma ex-professora do PEI. Os dados mostraram que um dos limites para o prosseguimento dos estudos, foi a implantação do PEI, ter acontecido, predominantemente, na zona urbana, o que inviabilizou a frequência da maioria dos alunos que moravam nas comunidades rurais. No entanto, o MOBREAL foi o ponto de partida para aqueles que, com muitos esforços e movidos de paixões enfrentaram as dificuldades e prosseguiram os estudos e, conseguiram uma atuação profissional.

Palavras-chave: MOBREAL. Alfabetização. Continuidade dos estudos.

ENTRE ESFORÇOS E PAIXÕES: TRAJETÓRIAS DOS SERTANEJOS QUE LUTARAM PELA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS NA ÉPOCA DO MOBREAL

1 Considerações iniciais

Neste texto apresentamos as vozes dos ex-alfabetizados do MOBREAL, que com muitos esforços e sonhos deram continuidade aos estudos por meio do Programa de Educação Integrada (PEI), bem como as narrativas memorialísticas de uma ex-

supervisora de área e uma ex-professora do PEI. Utilizamos as narrativas históricas referentes ao MOBRAL no Sertão¹ alagoano. Essas narrativas foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, sobre o significado do PEI/MOBRAL, que nos permitiram observar as questões subjetivas advindas dos testemunhos dos sujeitos sertanejos, na tentativa de uma maior compreensão das suas trajetórias percorridas, que almejavam a continuidade dos estudos naquele contexto histórico, 1970-1985. É um recorte de uma pesquisa do Centro de Referência² de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tem como objetivo apresentar aos leitores o que essas vozes anunciaram acerca dos impactos/contribuições, das ações de alfabetização implementadas pelo referido Movimento no tocante à continuidade dos estudos iniciados no Programa de Alfabetização Funcional (PAF) no Município de Santana do Ipanema /AL.

Os esforços e paixões a que nos referimos no parágrafo anterior, estão relacionados à superação de inúmeras privações ocorridas na vida dos sertanejos, que com determinação, enfrentaram as adversidades, entre elas, aquelas do contexto histórico em estudo e lutaram pelo direito à educação, movidos por um sonho que perseguiram desde a infância. Castro (1984), na década de 1940 já denunciava os aspectos da difícil condição de sobrevivência dos sertanejos. Nesse sentido esclareceu que: “Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão.” (p. 260).

Essa penúria que afeta a existência dos sertanejos, os tem tornado reféns dos processos de exclusão que se propagam constantemente no âmbito das camadas pobres da sociedade brasileira. Para Castro, (1984, p. 20) “Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de

¹ Ao nos referirmos ao Sertão de Alagoas, destacamos que é um entre os Sertões e que o enxergamos na contramão daquelas pessoas que não os conhecem e disseminaram, e ainda disseminam uma visão do Norte ao Sul do país como: “Territorialidades e significações ao longo do tempo: lugar desconhecido, perigoso, bárbaro, selvagem, incivilizado, de natureza bruta, rico, pobre. Desabitado ou pouco povoado, oeste, deserto, longínquo, distante das regiões povoadas, interior, isolado, sem lei.” (MELO, 2006, p.81). Isso não aconteceu e não acontece por acaso. É que o conceito de Sertão, segundo Melo (2006, p. 81), foi grafado, no princípio, pelo imaginário do colonizador português, que sob o seu ponto de vista assim o caracterizava. Levamos em conta que o Sertão é, sobretudo, um espaço de pluralidade, pois como enfatiza Albuquerque Jr. (2014, p. 41-42). “Sabemos de antemão que o sertão já não se diz no singular, que este recorte espacial, que essa identidade regional guarda em seu interior a diferença, a diversidade, a multiplicidade de realidades e, talvez, de representações.” São estas múltiplas realidades que precisam ser contadas, objetivando a desconstrução dos estigmas propagados acerca do Sertão.

² A pesquisa faz parte de um contexto mais amplo, que diz respeito aos Centros de Referência e Memória de EJA, articulando-se em rede na interlocução de pesquisadores de uma Universidade do Nordeste e outra do Sudeste, por meio do Programa Capes PROCAD/Casadinho.

ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido [...]” (op. cit. p. 20).

Em nossa compreensão esse silêncio necessita ganhar voz, explicitando os outros lados da história que ainda não foram propagados ou sequer escutados. Sendo assim, destacamos os postulados teóricos de Benjamin (2012, p. 242), ao demonstrarem que “[...] nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.”

Neste trabalho recorreremos à abordagem qualitativa da história oral tendo como base Bosi (1994), Pollak (1989) e Portelli (1997). Partimos do pressuposto de que a não valorização dos saberes acumulados pelos que vivenciaram a história pode resultar no fim da memória. Seguindo estes postulados teóricos, acreditamos, assim, estar evitando, pelo menos em parte, que memórias dos sertanejos não sejam esquecidas, reconhecendo o valor implícito da história oral enquanto metodologia de pesquisa. Neste sentido, destacamos os estudos de Pollack (1989) ao enfatizar as memórias subterrâneas, que de forma subversiva afloram no silêncio e no esquecimento das culturas minoritárias:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...] (POLLACK, op.cit., p. 4).

É conveniente destacar que o pesquisador precisa estar consciente do seu papel enquanto sujeito da pesquisa, e do valor imensurável das fontes orais para a reinterpretação dos fatos históricos. A partir dessa reflexão é conveniente esclarecer que, através da coleta e análise de dados o pesquisador também dá sua contribuição à história, pois, como alerta Portelli, “O resultado final da entrevista é um produto de ambos, narrador e pesquisador.” (PORTELLI, 1997, p. 36).

A história oral possibilitou-nos o enriquecimento de uma (re)construção do passado, uma vez que vozes silenciadas tiveram seu espaço, permitindo aos pesquisadores a faculdade de “intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012). É por isso, que o pesquisador precisa estar consciente não só de seu papel como sujeito da pesquisa, mas também, do valor imensurável de fontes orais para a reinterpretação de fatos históricos.

A singularidade das entrevistas permitiu-nos escutar as vozes dos sujeitos sertanejos que até então não haviam tido a oportunidade de narrar suas experiências, especialmente porque não eram vistos como “sujeitos falantes”. Nesse sentido, são

oportunas as palavras de Certeau (2011, p. 222) ao considerar que “A linguagem oral espera para falar, que uma escrita a percorra e saiba o que ela diz.”

Tendo a compreensão de que cabe ao pesquisador agir de maneira sensível ao interpretar depoimentos, concordamos com Bosi (1994, p. 21) ao destacar que “Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito”. Alertados pela autora, tivemos a preocupação em apresentar relatos que demonstraram condições dos sertanejos, naquele contexto.

Nestes escritos, num primeiro momento fazemos considerações sobre o PEI/MOBRAL. Em seguida, refletimos sobre a continuidade dos estudos dos sertanejos que após o período de alfabetização oferecido pelo PAF, encontraram no PEI a oportunidade de dar continuidade aos estudos. Por fim, destacamos as narrativas históricas das trajetórias desses sujeitos, imiscuídas de esforços e paixões de uma escola negada a uma escola intimamente desejada na realização do sonho de continuar a estudar.

2 Considerações sobre o PEI/MOBRAL

No âmbito da educação de adultos, quando da ditadura militar que vivemos no Brasil (1964-1985), o governo autoritário criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)³, implementado apenas em 1970, com um Programa de Alfabetização Funcional (PAF), que perdurou até 1985⁴. Esse Movimento abortava as múltiplas experiências de educação popular desenvolvidas na década anterior, que assumiam um compromisso emancipador da população pobre e de classes populares, principalmente no Nordeste do país.

O projeto da ditadura militar passava pelo alargamento do avanço capitalista na constituição do país pela industrialização e, por isso mesmo, necessitava de mão de obra qualificada – o que incluía maior escolarização e redução do analfabetismo entre a mão de obra industrial – para que atraísse multinacionais e desse resposta ao desígnio “retirar o Brasil do atraso histórico” a que estava submetido. Esse projeto focou também os

³ O MOBRAL nasceu como Fundação amparada pela Lei n. 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Era originalmente financiado por recursos provenientes da Loteria Esportiva e da indicação de até 2% do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas. Em momento posterior, seus recursos limitam-se ao Imposto de Renda, nas mesmas regras anteriores.

⁴ Em 1985, quando a chamada transição democrática se iniciava, por eleição indireta, o retorno à democracia, a instituição MOBRAL foi extinta, dando origem à Fundação Educar, que teve objetivos e finalidades redimensionados, estrutura e vinculação com o MEC, definição de propósitos e *modi operandi*, passando a atuar em apoio e fomento a ações diretas executadas por municípios e estados.

níveis de escolarização de jovens e adultos, historicamente interditados do direito à educação no país. O caminho primeiro, inegavelmente, era o de aprender a ler e escrever para que, deixando de serem analfabetos, homens e mulheres pudessem atender aos requisitos do capital e da mão de obra trabalhadora. A alfabetização apresentava-se como possibilidade rápida e de curta duração, porque a ditadura tinha pressa de executar seu projeto de “Brasil grande”.

Instalado como um parassistema – ou seja, um sistema paralelo aos sistemas formais de ensino –, o MOBREAL arquitetou uma estrutura capilar estratégica e bem montada que alcançava todos os municípios brasileiros, por meio de comissões municipais com a responsabilidade de executar localmente a política de educação de adultos. Envolvia, nessas comissões, não apenas o poder público, mas a sociedade, mobilizada pelo apelo à alfabetização e, em consequência, à possibilidade de aprender a ler e a escrever, vislumbrada por pessoas cuja história pessoal era de interdição à escola.

A premência de elevação do nível de escolaridade dos sujeitos das camadas populares, como direito humano ficava subsumida às exigências do mercado de trabalho que as multinacionais abriam no país, em troca de muitos benefícios fiscais. O país estava bem distante de uma educação na perspectiva do direito. A esse respeito Freitag (1986, p. 92) destaca que: “É também a primeira vez que a alfabetização assume caráter tão evidentemente ideológico e visa de forma tão explícita inculcar no operariado os valores do capitalismo autoritário”.

O interesse maior naquele contexto histórico, portanto, estava relacionado ao crescimento do país, sobretudo, sob o enfoque econômico. Para Germano (2011) a atuação do Estado, nessa época, destinava-se a privilegiar o capital e, conseqüentemente, excluir e explorar as classes subalternas. Ao se reportar à ideologia que se propagava durante o regime militar acerca da necessidade do desenvolvimento do país. O autor (op.cit. p. 103) relata que:

“A disseminação intermitente da ideia-força de ‘Brasil-potência’, a divulgação de *slogans* como ‘Brasil: ame-o ou deixe-o’, ou ‘Este é um país que vai pra frente’ constituíram-se em elementos catalisadores da obtenção, ainda que de forma ‘passiva’ e eventual do consenso.”

Explicita-se, assim, que a finalidade da alfabetização oferecida pelo MOBREAL voltava-se completamente para o “desenvolvimentismo”, uma vez que era necessário que os mobrealenses aceitassem o desenvolvimento tal qual estava colocado pela política econômica, sem questionamentos, despertando nestes a motivação para ingressar nesse

“crescimento”, por meio da alfabetização, e adquirindo habilidades que facilitassem seu ingresso no “desenvolvimento” de forma funcional e acelerada.

Mas, à medida que as primeiras ações do MOBRAL eram implantadas, a realidade demonstrava sua complexidade e os interesses das pessoas demandavam outras ações que, em continuidade ou complementaridade, foram surgindo. Assim, o PAF foi precursor de outros programas como: Programa de Educação Integrada (PEI); Programa MOBRAL Cultural; Programa de Profissionalização; Programa de Educação Comunitária para a Saúde; Programa Diversificado de Ação Comunitária; Programa de Autodidatismo, além de outras ações que não aparecem na literatura, a exemplo da “tecnologia da escassez”⁵.

Historicizando sobre a continuidade dos estudos, que foi implantada por meio do PEI, Corrêa (1979) relata que os idealizadores do MOBRAL, a princípio não pretendiam implantar a educação continuada o que vai ao encontro do que menciona Paiva (2003), ao dizer que:

A oferta da oportunidade de ‘educação continuada’ pós-alfabetização não constituiu, ao longo da história do MOBRAL, uma preocupação importante do movimento nem foi pensada antes de ter sido o programa lançado. O próprio MOBRAL admite que o programa de ‘educação integrada’ não nasceu do conhecimento prévio dos responsáveis pelo movimento dos problemas relativos à regressão da aprendizagem e do malogro das campanhas anteriores⁶. (PAIVA, 2003, p. 373).

A educação continuada realmente surge, segundo o Secretário Executivo da época, a partir de um telefonema afito que recebeu da coordenação do MOBRAL do Estado do Rio de Janeiro, comunicando que:

Em um dos municípios, os alunos já alfabetizados de duas classes recusavam-se a dar seus lugares aos que se haviam matriculado para o convênio seguinte. Apesar de alfabetizados, argumentavam que gostaram de aprender, da professora e do MOBRAL. Queriam fazer o curso de novo, mesmo já tendo seus diplomas. [...] Convencê-los foi impossível. Por isso aquele município ganhou suas classes de educação integrada e o MOBRAL do lugar começou a expandir-se. (CORRÊA, 1979, p. 32).

⁵ **Tecnologia da escassez** era um programa que recolhia *modus operandi* das populações para resolver problemas cotidianos, fosse arquitetando artefatos tecnológicos, fosse construindo soluções simples e eficientes de compostagem, de saneamento básico, de purificação da água etc. O resultado indicava um programa de valorização de saberes populares, com os quais a vida cotidiana das pessoas se fazia mais amena e eficiente.

⁶ Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) – 1947; Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – 1952; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) – 1958.

A resistência dos alunos em não deixarem a sala de aula, após serem declarados alfabetizados, sobretudo os adultos, cuja idade não os permitia ter acesso ao Ensino Fundamental do ensino diurno ou mesmo noturno, foi marcadamente um divisor no pensar do então Secretário Executivo, para a implantação de um Programa que permitisse a continuidade dos estudos dos egressos do PAF. Essa realidade, anunciada na citação acima também foi registrada em Santana do Ipanema, na voz de uma ex-professora do PEI⁷ entrevistada, ao dizer:

As alunas que se alfabetizavam rápido elas ficavam repetindo porque **não tinham onde continuar os estudos** (grifos nossos). O MOBRAL era uma base pra o aluno se alfabetizar e buscar outros campos, os que eram mais jovens se engajavam nas séries do ensino fundamental e os mais velhos que não mudavam pra cidade não tinham a oportunidade de continuar os estudos (EX-PROFESSORA DO PEI).

Essa fala mostra também que o MOBRAL possibilitou, no Sertão, a circulação de estudos, quando a ex-professora do PEI menciona que “Os que eram mais jovens se engajavam nas séries do ensino fundamental”. Ficou demonstrado que foi a partir do acontecido no Rio de Janeiro e “por consenso dos então Coordenadores Estaduais/Territoriais e dos técnicos do MOBRAL Central, foi decidido no início de 1971 a criação do Programa de Educação Integrada” (CORRÊA, 1979, p. 177). Dessa forma o prosseguimento dos estudos surge, sobretudo, por motivos pragmáticos.

O PEI tinha a duração de 12 meses, o que permitia aos seus alunos a conclusão, do que denominamos atualmente na EJA de I Segmento. A relevância da sua implementação dava-se ao fato em que no aprender a ler, não basta ao aluno:

Identificar, pela memória, a palavra lida. É necessário que essa identificação, mais que isso, essa vivência, tanto prévia quanto posterior à leitura, encante o aluno, tocando sua sensibilidade e elevando-o para verdadeira magia do aprendizado (FARIA, 1977, p. 40).

Em seguida focalizamos o PEI no município Santana do Ipanema – Sertão alagoano.

2.1 O PEI em Santana do Ipanema

⁷ No intuito de preservar o anonimato dos sujeitos envolvidos na investigação, não expomos os nomes da ex-professora do PEI e da ex-supervisora de área do MOBRAL que compartilham conosco suas memórias. Utilizamos nomes fictícios para os três ex-alunos que participam desse recorte da pesquisa.

No município de Santana do Ipanema, segundo a ex-professora do PEI, o Programa de Educação Integrada teve a implantação inicial na década de 1970 de forma muito tímida. Surgiu, somente, em algumas escolas da zona urbana. Nesse sentido, as pessoas que eram alfabetizadas na zona rural para continuarem os estudos precisavam migrar para a cidade e assim concluir, na época, as quatro primeiras séries do antigo ensino de 1º grau, o que constituía uma grande dificuldade.

No trabalho de campo desta pesquisa, localizamos na zona urbana de Santana do Ipanema uma ex-professora do PEI, que elogiou o Programa por permitir a continuidade dos estudos, aos ex-alfabetizados do MOBRAL, sobretudo, para aqueles que moravam na sede do município. Em seu depoimento, a interlocutora nos disse:

Trabalhei no PAF e também com a educação integrada que eram as quatro primeiras séries do ensino primário e pegava esses alunos que tinham sido alfabetizados pelo MOBRAL. Na Secretaria de Educação recebia (a ex-professora) um diploma do MOBRAL que fazia (atuava na) a alfabetização e a (na) educação integrada... Fazia o MOBRAL depois a educação integrada, alfabetizava mais quatro primeiras séries (EX-PROFESSORA DO PEI).

No entanto, a ex-professora revelou que não era possível dizer que todos os seus ex-alunos vieram do Programa de Alfabetização Funcional, nos dando entender que a continuidade dos estudos era aberta a todos que dela necessitasse, uma vez que “A gente não conhecia todos” e complementou que “além do mais não havia registro identificando de onde os alunos procediam”. No entanto, a interlocutora disse que, mesmo assim, identificava:

[...] que muitos tinham passado pela alfabetização do MOBRAL. Só que a maioria era da cidade, os do sítio não tinham como vir estudar porque naquele tempo não tinha transporte como hoje. Aí eles faziam a alfabetização lá onde formavam as turmas e os que gostavam de estudar mesmo ficavam repetindo a mesma coisa. (EX-PROFESSORA DO PEI).

O fragmento acima mostra-nos que o PEI representou a continuidade dos estudos para os sujeitos egressos pelo PAF e para todos da região, que necessitaram à época complementar a escolarização, no âmbito do I Segmento. Sobretudo, para aqueles que moravam na zona urbana ou para os que migraram da zona rural, ex-alfabetizados ou não do MOBRAL. Não obstante, aqueles que não tinham oportunidade de migrarem da zona rural para a urbana, não conseguiam continuar os estudos em outros espaços, e acabavam repetindo por várias vezes a alfabetização oferecida pelo MOBRAL por meio do PAF. Realidade essa, que se reproduziu no Programa Alfabetização Solidária (PAS) e no Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Contudo, nesse cenário tanto a ex-professora do PEI, como a ex-supervisora de área, reforçam em suas falas o reconhecimento da importância do MOBRAL, principalmente, para aqueles alfabetizados que continuaram os estudos:

Muita gente saiu do MOBRAL e entrou na Educação Integrada. E muita gente que hoje são homens de negócios aqui em Santana do Ipanema, que fazem contas e negociam foram alunos do MOBRAL e da Educação Integrada, então posso dizer que o MOBRAL ajudou nesse desenvolvimento. (EX-PROFESSORA DO PEI).

Olhe! Muitos deles saíram alfabetizados. E hoje se você fizer o levantamento vai encontrar muita gente que cresceu através do MOBRAL... Que se alfabetizou no MOBRAL e que deu continuidade, se tornaram professores e até fizeram faculdade. (EX-SUPERVISORA DE ÁREA).

Os fragmentos acima demonstraram que o MOBRAL tinha uma proposta de continuidade e que foi importante na vida dos sertanejos, que se sentiram em condições de construir seus próprios negócios e, para outros que ampliaram seus estudos até o ensino superior.

Os depoimentos das ex-professora e ex-supervisora do PEI, demonstraram consensualidade de que a alfabetização do MOBRAL representou um avanço, em permitir o acesso à possibilidade de escolarização, para muitos sujeitos sertanejos que viviam às margens das políticas educacionais no contexto histórico em estudo. É consensual também a ausência de visão crítica capaz de questionar os interesses e ideologias do regime militar que imperava à época.

É importante destacar que não encontramos com facilidade nos relatos dos depoentes maiores críticas ao reconhecimento das limitações do MOBRAL, a exemplo a realizar o processo de alfabetização, em curto espaço de tempo de cinco meses. Quando surgiu uma crítica foi direcionada aos próprios sujeitos, considerando-os como culpados em não continuarem os estudos. Para Melo (1997) estas atitudes são reflexos de um discurso oficial que atribui aos esforços dos sujeitos, o seu sucesso ou fracasso na vida. A autora lembra que: “A força do discurso oficial é tão marcante que os próprios trabalhadores qualificam o analfabeto como ‘praga’, ‘cego’”, dentre outras denominações pejorativas. Para Freire (2011, p. 40-41) é comum as pessoas de forma preconceituosa considerarem:

O analfabeto, um ‘homem perdido’ cego, quase fora da realidade. É preciso, pois, salvá-lo, e sua salvação está em passivamente receber a – palavra uma espécie de amuleto – que a ‘parte melhor’ (grifo do autor) do mundo lhe oferece benevolmente.

Percebemos um forte conformismo no discurso dos interlocutores, sobretudo nas narrativas que aparecem no próximo item. Conformismo este que, nas suas vozes, isentaram o governo de culpa, da responsabilidade de implementação de política voltada para a educação de jovens e adultos.

3 Narrativas das trajetórias dos ex-alunos do MOBRAL

Partimos do pressuposto de que o processo de aquisição da leitura e da escrita demanda a continuidade dos estudos iniciados pela alfabetização, em espaços em que a aprendizagem esteja ligada diretamente aos aspectos sociais e culturais dos educandos, como enfatizam os estudos de Ribeiro (2009). É que as possibilidades de manutenção das habilidades adquiridas por meio da escolarização:

[...] tem um papel não só no desenvolvimento das habilidades, mas também na conformação de hábitos, disposições e interesses relacionados ao alfabetismo e até mesmo a autoimagem que os sujeitos têm de si a esse respeito. (op.cit, p. 123).

Neste sentido, comentamos as falas dos interlocutores, destacando as possibilidades que o MOBRAL proporcionou aos egressos do PAF, bem como os limites desses sujeitos, para a não continuidade, e o que fez com que alguns alunos prosseguissem os estudos. Registramos também, aqueles que mesmo em curto período de tempo, não finalizaram o processo de alfabetização oferecido pelo Movimento. Vejamos o que se segue:

Dona Josefa, habitante da zona rural narrou que na época tinha:

Cinco [irmãos], três mulheres e dois homens, mas nenhum estudou só eu que enfrentei e continuei depois do MOBRAL os outros desistiram logo; fizeram o MOBRAL lá mesmo no sítio onde nós morávamos e pararam. Também eles não tiveram nem a chance que eu tive de casar e ir morar na rua⁸ (JOSEFA, 62 anos).

Eis a situação de uma pessoa de família humilde, que representa as diversas outras famílias sertanejas que não tiveram a oportunidade de estudar por morarem na zona rural, e serem completamente desassistidas de políticas educacionais. No caso

⁸ Ao trazer a expressão “morar na rua” a interlocutora quer dizer que deixou o campo para ir morar na cidade. Portanto, o termo “rua” está relacionado à zona urbana, ou seja, à cidade sede do município.

específico de Dona Josefa, o aprender a assinar o nome, aprender a ler e outras coisas mais, iam além do casamento, ao contrário de muitas mulheres, o matrimônio possibilitou o seu deslocamento para a zona urbana e segundo a entrevistada: “Fui em frente”, o que significou a continuidade dos estudos, passando inicialmente pelo PAF, pelo PEI e chegando à Universidade com mais de 60 anos. Complementou, ainda, “Aí, meu filho... Não parei mais.” E tudo isso, atribui à chegada do MOBREAL, ao Sertão.

Na voz da interlocutora ficou claro que a ausência de oportunidades na zona rural prejudicou seus irmãos que: “Estudaram no MOBREAL, em salas de aula situadas no sítio onde nós morávamos e pararam”, não tendo “A chance que eu tive de casar e ir morar na rua”, afirmou Dona Josefa.

O Sr. Fernando, de 69 anos, outro ex-aluno entrevistado contou-nos:

Eu fiz também a educação integrada, foi minha 4ª série, e meu estudo foi assim. Eu nunca fui aluno de farda⁹, nunca tive essa oportunidade, fiz o MOBREAL, depois fiz a fase integrada que foi a 4ª série. Depois passei pra o ginásio, depois já fui pro Projeto HAPRONT, me formei dessa maneira com muita dificuldade, não foi com facilidade, porque vim do sítio a pé toda noite era muito difícil.

O Sr. Fernando também continuou os estudos, na Educação Integrada, chegou a professor do ensino fundamental. Isso foi resultado de muito esforço. Mencionou as suas dificuldades para complementar a sua escolarização até o ensino médio, porque tinha de deslocar-se a pé, à noite, da zona rural para a sede do município, depois de um árduo dia de trabalho.

Segundo os dois entrevistados, poucos colegas na região do Sertão tiveram a força de vontade para enfrentar tais dificuldades, sobretudo, os deslocamentos, tendo em vista o prosseguimento dos estudos. Afirmaram também que, entre os companheiros, existiam aqueles que não conseguiram entender qual era a importância dos estudos é que as suas ocupações não exigiam o uso frequente da leitura, escrita, cálculo ou outras questões mais complexas.

O mínimo que era oferecido na alfabetização do MOBREAL era considerado por eles o suficiente para a vida cotidiana. O que sabiam, garantia a sobrevivência. Essa é uma fala marcada pelo conformismo que os induz a aprender somente o que satisfaz às

⁹ “Nunca fui aluno de farda” significa, no dizer do depoente, que ele não teve a oportunidade de frequentar o ensino dito regular e que a realização de seus estudos deu-se através dos programas do MOBREAL, com a passagem pelo Ginásio, passando depois pelo Projeto HAPRONT, habilitando-se como professor.

suas necessidades imediatas. Esta situação também foi destacada pela ex-professora do PEI:

Muitos deles [alunos] não tinham a ambição de continuar os estudos. Eles não tinham mais interesses, porque eles moravam no sítio, eles queriam aprender a assinar o nome, aprender as continhas; porque ali era aprender a assinar o nome, a fazer umas continhas, ler alguma coisa... Como o ler e contar da época passada. Eles diziam assim: Eu sei ler e sei contar tá tudo bem! Vou resolver meus problemas (EX-PROFESSORA DO PEI).

Para compreender sobre estas questões é preciso considerar que naquele contexto histórico a educação dos sujeitos jovens e adultos era tida como mecanismo de produção de mão de obra a serviço do projeto social em vigor. “O jovem e o adulto desescolarizados estariam sendo submetidos a projetos educacionais produzidos fora do seu interesse e sem a sua contribuição” (RIBEIRO *et al.*, 1992, p. 13). É importante destacar o fato de que a alfabetização funcional oferecida pelo MOBRAL atribuía ao sujeito-aluno a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso no processo de alfabetização.

Nesta busca constante de aumento da produtividade, as especificidades dos sujeitos alfabetizando eram ignoradas e a alfabetização significativa perdia espaço nas ações alfabetizadoras do MOBRAL. Registramos, ainda, a fala do último entrevistado Marcelo sobre a continuidade de estudos, advinda de um processo de interação com familiares que valorizavam significativamente os estudos. O seu deslocamento do Sertão alagoano para a cidade de Belo Horizonte foi decisivo para matricular-se no PEI, em 1974 e a oportunidade de concluir a escolarização desejada. Contou com muito entusiasmo:

Eu fiz tudo que o povo diz que é **ruim** (grifo nosso), na educação, eu fiz o MOBRAL, eu fiz o Supletivo, [...]. Eu participei do ensino regular de forma paralela, porque depois eu fiz o curso técnico de contabilidade né? Fiz licenciatura em história e fiz o curso de direito, assim do ponto de vista regular, mas se analisar o fator de tudo isso aí decorreu justamente do MOBRAL, do Supletivo (MARCELO, 54 anos).

Acrescentou, com muita satisfação, que retornou à sua terra de origem, após aprovação em concurso público. O sucesso da sua vida atribui, como os demais, ao MOBRAL (PAF/PEI) e ao Supletivo, considerados no contexto educacional como **ruins**, na perspectiva daqueles que só valorizam o ensino dito regular. Isso foi possível para Marcelo, porque acreditou, sobretudo, na alfabetização oferecida pelo Movimento o que marcadamente “Foi o início de tudo”. Entendemos que Marcelo acreditou, também, nele, pois a sua escolarização foi marcada por entradas e saídas, em um curso

técnico de contabilidade incompleto, terminando a Educação Básica via Exame Supletivo.

O interlocutor prosseguiu os estudos chegando à Universidade, onde cursou licenciatura em História e bacharelado em Direito, tratando, ambos como regulares, parecendo que o outro caminho foi “irregular”. Mas retoma o turno da fala, para dizer que “O fator de tudo isso aí, decorreu justamente do MOBRAL e o Supletivo”.

A ex-professora do PEI e a ex-supervisora de área revelaram muito vagamente que alguns dos seus ex-alunos que continuaram os estudos destacaram-se em suas profissões, a exemplo os que conseguiram se tornar professores, enquanto outros se dedicaram ao comércio na cidade de Santana do Ipanema.

Fica explícito nos depoimentos que, para alguns sertanejos, o MOBRAL foi o ponto de partida para o prosseguimento dos estudos e, conseqüentemente, o encaminhamento de uma atuação profissional de destaque. Isso dependeu das condições que cada um teve de acesso a outras possibilidades, permitindo a continuidade dos estudos, no enfrentamento das dificuldades.

Existiram também aqueles de condições adversas, que tiveram dificuldades de terminarem o curto período de alfabetização. Dentre essas adversidades citamos a escassez de escolas na zona rural, com turmas de Educação Integrada e, as dificuldades de deslocamento para a sede do município, devido ao transporte que não existia. Eram necessários longos percursos a pé, depois de duras jornadas de trabalho braçal, que enfrentavam diariamente e gerava cansaço físico, sendo que este último aspecto inviabilizou a frequência de muitos às turmas do MOBRAL, que funcionavam na própria zona rural.

A intensa luta dos que puderam ter uma educação continuada, após o período de alfabetização, foi bem retratada nas falas dos ex-alunos do MOBRAL, que com esforços e intensas paixões pelo saber, realizaram sonhos, a exemplo de dona Josefa que se orgulha de ter sido alfabetizada pelo MOBRAL e é bem conceituada na comunidade local e superou as interrupções aos estudos. Conforme narrou:

Consegui chegar na faculdade, apesar de muita dificuldade que a gente passou né? Às vezes eu desistia, mas depois continuava de novo. Quando eu terminei a fase integrada, que eu fui fazer a quinta série, aí eu parei 12 anos, fiquei 12 anos parada, mas depois continuei (JOSEFA, 62 anos).

Dona Josefa é também a demonstração de que a educação é um processo ao longo da vida. Nesse sentido, a sua fala é reveladora ao dizer:

Quero ir até o fim com fé em Deus. E não é tanto a fim de arrumar emprego não, porque hoje graças a Deus já sou aposentada, já tenho meu salário e faço a minha faculdade com 62 anos de idade. E Deus me livre de eu parar porque estudar foi uma coisa que eu sempre quis, era meu sonho (JOSEFA, 62 anos).

Fernando também é outro exemplo. Segundo o declarante:

Quando surgiu o MOBRAL, foi a primeira oportunidade que eu encontrei e me encaixei logo eu já tinha a força de vontade. Aí continuei e hoje sou professor, já me aposentei com trinta anos de trabalho (FERNANDO, 69 anos).

Convém observar que, tardiamente ou não, o MOBRAL ofereceu a possibilidade da continuidade dos estudos, por meio do PEI, embora muitas pessoas não tenham conseguido concluir o período de alfabetização e outras não tenham continuado os estudos. Essa era uma realidade muito distante na vida do sertanejo, porque a sua atuação não veio acompanhada de outras políticas públicas sociais, que permitissem, entre muitas necessidades, minimamente facilitar o deslocamento.

Dessa forma, a continuidade dos estudos parece ter sido um privilégio de poucos, sobretudo daqueles que moravam na zona urbana e de algumas pessoas que moravam em localidades mais próximas da sede do município. E que apesar de enfrentarem uma maratona diária, deslocavam-se a pé de suas casas para chegarem aos locais onde estavam instaladas as salas do PEI, predominantemente em escolas.

Os depoimentos, por meio de narrativas memorialísticas dos sujeitos sertanejos entrevistados, em relação à aprovação do Movimento foram surpreendentes, ao considerarmos que estamos tratando de um Movimento, criado pela ditadura militar. Isso nos remete à necessidade da compreensão “do outro lado da história”, tomando como base escritos de Benjamin (2012, p. 245) que enfatizam a relevância da “[...] tarefa de escovar a história a contrapelo”, o que demonstra preocupação com as micros realidades, sempre na perspectiva de rompimento com a linearidade da história.

4 Considerações finais

Os significados das ações alfabetizadoras do MOBRAL na perspectiva dos interlocutores dessa pesquisa evidenciaram a forte aprovação do Movimento, uma vez que este se apresentava como a primeira oportunidade de acesso ao ensino para os sujeitos sertanejos, que à época residiam na zona rural do município em estudo, o que dificultava ainda mais a apropriação de ações governamentais, de maior concentração na cidade sede do município.

Por motivos como estes, todos os sujeitos entrevistados, sejam eles ex-alunos, ex-professora de PEI e até mesmo a ex-supervisora da área avaliaram de maneira positiva a atuação do Movimento no município de Santana do Ipanema, destacando com saudosismo as contribuições advindas das ações de alfabetização e outras, que foram implementadas pelo MOBRAL no sertão alagoano nas décadas de 1970 e 1980.

A consideração final que nos cabe apresentar é a de que no sentido das possibilidades concretas de prosseguimento dos estudos aos recém-alfabetizados, promovidas pelo Movimento, a investigação apontou limitações. Entre elas, destacou-se a centralização do PEI no município sede, o que inviabilizou a frequência da maioria dos alunos e alunas que moravam nas comunidades mais afastadas do perímetro urbano. Percebemos que a oportunidade de continuidade dos estudos foi possível somente para aqueles alfabetizando que, por meio de um grande esforço diário, puderam deslocar-se do seu *habitat* e frequentarem as aulas no período noturno, após uma cansativa jornada de trabalho braçal.

A continuidade para a minoria dos ex-alunos pode ser considerada como divisor de águas nas suas vidas, uma vez que, sem esta oportunidade, não teriam naquele contexto histórico a possibilidade de aprender a ler e escrever e “descobrir as coisas do mundo que o matuto não conhecia” (fala de um interlocutor). Permitiu-lhes, também, exercerem funções na comunidade onde vivem atualmente como comerciante, professor-a, entre outras. Atrai-se a isso, o fato de que naquele período histórico não se contava com política educacional que garantisse a matrícula dos alunos alfabetizados em etapas subsequentes de estudos, e a Educação de Jovens e Adultos estava distante de constituir-se um direito.

É importante destacar que mesmo aqueles ex-alunos que nem tentaram a continuidade dos estudos, bem como outros, que lutaram exaustivamente em permanecer estudando e desistiram, reconhecem o Movimento como algo singular em suas vidas e se culpabilizaram por não terem continuado. E ainda afirmaram que o

pouco que sabem é fruto da alfabetização do MOBRAL que os ajudou a ler e a escrever as primeiras letras. Não fizeram referências a outras interações que tiveram.

Referências

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da escrita. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 – (obras Escolhidas v.1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão e aço. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS:MOBRAL, 1979.
- FARIA, Gustavo de. **Soletre MOBRAL e leia Brasil**. sete anos de luta pela alfabetização. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Guavira Editores. [1977?].
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MELO, Adriana Ferreira. **O lugar-sertão**: grafias e rasuras. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- MELO, Orlinda Carrijo. **Alfabetização e trabalhadores**: o contraponto do discurso oficial. Campinas: Editora da UNICAMP; Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- POLLACK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. *Proj. História*, São Paulo (14), fev. 1997.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. **Metodologia da alfabetização**: pesquisas em educação de jovens e adultos. Campinas: CEDI, 1992.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Alfabetismo e atitude**. Capinas: Papyrus, 1999.